

| Beneficiário   | Montante (em euros) | Data de decisão          | Entidade decisora                               |
|--|---------------------|--------------------------|---|
| Consulado Honorário de Portugal em Waterbury ...                                       | 65 000              | 14 de Junho de 2006 ...  | Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. |
| Consulado Honorário de Portugal em Welkon .....  | 1 000               | 14 de Junho de 2006 ...  | Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. |
| Consulado Honorário de Portugal em Winnipeg ....                                       | 32 500              | 14 de Junho de 2006 ...  | Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. |
| Câmara Argentina Portuguesa de Comércio .....  | 6 000               | 4 de Julho de 2006 ..... | Conselho de direcção.                           |
| Consulado Honorário de Portugal em Dax .....   | 601,50              | 4 de Julho de 2006 ..... | Conselho de direcção.                           |
| MUDIP — Associação Mutualista Diplomática Portuguesa.                                  | 191 805,30          | 7 de Julho de 2006 ..... | Conselho de direcção.                           |
| MUNDIVENTOS — Negócios, Incentivos e Eventos   | 35 000              | 1 de Agosto de 2006 .... | Conselho de direcção.                           |
| United Nations General Trust Fund Account .....  | 1 000               | 1 de Agosto de 2006 .... | Conselho de direcção.                           |
| MUDIP — Associação Mutualista Diplomática Portuguesa.                                  | 31 435,84           | 10 de Agosto de 2006 ... | Conselho de direcção.                           |
| Grupo de Beneficência La Rochelle .....  | 4 000               | 15 de Setembro de 2006   | Conselho de direcção.                           |
| Instituto Português de Relações Internacionais .....                                   | 670                 | 15 de Setembro de 2006   | Conselho de direcção.                           |
| Comissão Portuguesa do Atlântico .....   | 20 000              | 28 de Setembro de 2006   | Conselho de direcção.                           |
| Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro                                   | 25 000              | 22 de Outubro de 2006    | Conselho de direcção.                           |
| MUDIP — Associação Mutualista Diplomática Portuguesa.                                  | 240 348,54          | 26 de Outubro de 2006    | Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. |
| Anglo Portuguese Society .....   | 1 497,40            | 21 de Novembro de 2006   | Conselho de direcção.                           |
| Consulado Honorário de Portugal em Casablanca ...                                      | 6 000               | 21 de Novembro de 2006   | Conselho de direcção.                           |
| Associação dos Cônjugues Diplomatas Portugueses ....                                   | 3 000               | 18 de Dezembro de 2006   | Conselho de direcção.                           |
| Instituto para a Promoção do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos. | 7 500               | 18 de Dezembro de 2006   | Conselho de direcção.                           |
| Fundação Mário Soares .....  | 16 000              | 21 de Dezembro de 2006   | Conselho de direcção.                           |

14 de Março de 2007. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Fernando d'Oliveira Neves*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado  
do Tesouro e Finanças

### Portaria n.º 380/2007

Pela portaria n.º 649/98 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 9 de Junho de 1998, foi autorizada a cessão, a título definitivo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, ao município do Cadaval, do prédio rústico denominado «Murtório», com a área de 41 080 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial da freguesia do Cercal sob o artigo 119, secção G, descrito na Conservatória do Registo Predial do Cadaval na ficha n.º 00233/150293 e registado a favor do Estado pela inscrição G1, para realização de infra-estruturas de carácter desportivo, cultural e de apoio à terceira idade.

De acordo com o estabelecido no n.º 4 da referida portaria, foi concedido àquele município o prazo de dois anos para conferir ao prédio o fim de utilidade pública que justifica a cessão, prazo que o município solicitou fosse prorrogado dado que a escassez de meios financeiros impediu a sua realização atempadamente.

Nesta sequência foi publicada a portaria n.º 846/2004 (2.ª série) publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176, de 28 de Julho de 2004, que autorizou a prorrogação por mais dois anos do prazo para dar ao imóvel o fim estabelecido.

Em 2006, o referido município solicitou a prorrogação por mais dois anos para a conclusão do projecto que iniciou, prevendo a sua conclusão para finais de 2008. Este atraso deve-se à necessidade de adequar o projecto ao espaço onde se insere (Paisagem Protegida da Serra de Montejunto) bem como ao avultado investimento necessário para o efeito.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que seja prorrogado por mais dois anos, a contar da data da publicação da presente portaria, o prazo para conferir ao imóvel o fim de utilidade pública que justifica a cessão, revertendo o prédio à posse do Estado, sem direito a qualquer indemnização por benfeitorias realizadas, se tal não acontecer, ou se lhe for dado destino diverso daquele que fundamenta a cessão, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março.

23 de Março de 2007. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

## Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

### Despacho (extracto) n.º 7491/2007

Por despacho de 9 de Março de 2007 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, foi renovada, por um período de três anos, a comissão de serviço de Américo de Sousa Filipe, reverificador assessor, no cargo de director da Alfândega de Ponta Delgada. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Março de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### Despacho n.º 7492/2007

Em 16 de Março de 2005, a Somague Itinere — Concessões de Infra-Estruturas, S. A., a MSF — Moniz da Maia, Serra & Fortunato — Empreiteiros, S. A., a Lena Engenharia e Construções, S. A., a NOVOPCA — Construtores Associados, S. A., a Somague Engenharia, S. A., a BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., a Auto Estradas do Oeste — Concessões Rodoviárias de Portugal, S. A., e a Via Oeste, SGPS, S. A., requereram aos Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações autorização para a transmissão, pela Auto Estradas do Oeste — Concessões Rodoviárias de Portugal, S. A., à Via Oeste, SGPS, S. A., de 4400 acções representativas do capital social da Auto Estradas do Atlântico — Concessões Rodoviárias de Portugal, S. A., esta última concessionária nos termos do contrato de concessão de lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados na zona oeste de Portugal celebrado com o Estado Português em 21 de Dezembro de 1998.

Em caso de aprovação da referida operação, a BRISA passaria a deter uma participação social indirecta de 50 % no capital social da referida concessionária Auto Estradas do Atlântico, S. A.

Ora, considerando as condições impostas à operação, decorrentes da análise prévia efectuada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

Considerando que a autoridade da concorrência, nos termos e para os efeitos dos artigos 9.º e 31.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, veio pronunciar-se negativamente à concentração solicitada;